**Territorialização do campesinato: trabalho e resistência nos assentamentos rurais do** **Pontal do Paranapanema-SP - São Paulo (BRASIL)** [[1]](#footnote-1)

Eixo 10: **Campesinos y pueblos originario**

**LEAL, Sidney Cássio Todescato**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e

Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (UNESP–FCT)

e-mail: cassio.todescato@hotmail.com

**Resumo**: os camponeses da região do Pontal do Paranapanema, sudoeste do Estado de São Paulo (BRASIL), oriundos da luta pela terra, vem demonstrando formas de resistências e organização do trabalho coletivo em torno da produção de alimentos em contraposição aos interesses político-estratégico-econômicos do agrohidronegócio canavieiro. Os assentamentos rurais, enquanto terra de trabalho, vêm cumprindo papel importante na geração de renda, na produção de alimentos diversos, na dinamização dos mercados locais e, com isso, evidenciando a Soberania Alimentar e sua importância estratégica para a sociedade, em contraposição à monocultura da cana-de-açúcar. Os camponeses/assentados realizam a disputa de classe, (re)produzem experiências de trabalho e resistência vinculados a grupos de produção coletiva, associações e cooperativas, na vida cotidiana no assentamento, na família, no trabalho da/na terra, junto às comunidades rurais e urbanas, próximas, bem como também quando se assalariam para garantir a manutenção da família no lote.

**Palavras-chave**: assentamentos rurais; trabalho, resistência, produção de alimentos; Pontal do Paranapanema-SP - São Paulo (BRASIL)

**Introdução**

O Pontal do Paranapanema localizado no sudoeste do estado de São Paulo (Brasil) é um território marcado por conflitos pela terra desde a sua ocupação no final do sec. XIX até os dias de hoje. O processo de ocupação ilegal das terras do Pontal, por meio da grilagem, possibilitou o desenvolvimento do agrohidronegócio canavieiro, hoje consolidado. A grilagem permitiu a concentração de terras nas mãos de poucos e firmou a relação entre o Estado e os interesses dos latifundiários. (FELICIANO, 2009). Desde 2003 a região é alvo do avanço do agrohidronegócio canavieiro, apoiado especialmente pelas ações do Estado por meio do fortalecimento do álcool na matriz energética renovável.

Por meio do RenovaBIO 2017, que se substancia via o discurso da energia limpa através do mercado de carbono, e com a produção e consumo de agrocombustíveis, o Governo Federal projeta o aumento de 10 de milhões de hectares de área plantada dedicada à bioenergia, e ainda, inclui investimento de R$50 bilhões na produção de etanol de cana-de-açúcar até 2030. (MARQUES, 2018). Ou seja, há incentivos para o avanço do agrohidronegócio canavieiro em terras que poderiam ser destinadas a implementação de assentamentos rurais e, consequentemente, para a promoção de trabalho digno e produção de alimentos.

Nessa conjuntura, a luta pelo acesso à terra e pela permanência nos lotes a partir da territorialização dos assentamentos rurais, no Pontal do Paranapanema, vem demonstrando a viabilidade e a importância da Reforma Agrária e da produção de alimentos, para as lutas mais gerais da classe trabalhadora, a qual se encontra cada vez mais heterogênea, ampliada e disseminada espacialmente, o que redefine as formas e expressões de lutas e [... ] “exige de nós recursos analíticos condizentes para compreendermos a diversidade das suas formas geográficas ou, de fato, reconhecermos suas singularidades no âmbito da totalidade viva do trabalho”. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 88). Isso nos reporta para o que nos diz Thompson (2004, p 12), de que há uma [...] “multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição”

No Pontal do Paranapanema, ocupam importância decisiva nesse processo as organizações dos trabalhadores envolvidos no âmbito da luta pela terra, que protagonizam reivindicações e propugnam políticas públicas voltadas para a viabilização e escoamento da produção de alimentos e consequentemente, a permanência na terra, enquanto terra de trabalho o que não quer dizer que a luta pela terra, propriamente, esteja perdendo importância.

Evidenciam-se manifestações materializadas em diferentes linhas de atuação, tais como, ocupações junto aos órgãos públicos (Itesp, Incra, Prefeituras dos Municípios da Região, Banco do Brasil etc.), marchas, romarias, paralisações de rodovias (“trancaços”), reuniões junto a representantes de órgãos públicos, autoridades políticas e religiosas etc., e também ações comunitárias e coletivas que reivindicam espaços para a organização de feiras nas cidades e construção de entrepostos em áreas de fácil acesso aos assentamentos e às cidades.

Como nos alerta Thomaz Junior (2008, p. 276), não podemos admitir [...] “apenas a centralidade do trabalho assentada na face proletária/operária do trabalho [...] sem considerar, os movimentos que os camponeses protagonizam [...]”, estes que, no momento, no Pontal do Paranapanema, são os principais protagonistas da luta de classe, diante das disputas pelo território no Pontal do Paranapanema-SP.

Um dos alicerces dessas ações de luta é a capacidade de organização e de resposta à produção de alimentos voltadas para as reais necessidades de alimentação, em contraposição aos interesses político-estratégico-econômicos do agrohidronegócio que, na relação sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2002), expressa centralidade nas negociações políticas entre capital e Estado. Isto é, ocupa prioridade protagonizar políticas públicas para fazer valer a destinação de terras para a produção de alimentos enquanto mercadoria, ou para as *commodities*, seja para a produção de ração, fibras, agrocombustíveis/biocombustíveis, seja para compor a cadeia alimentícia dos cartéis de empresas transnacionais envolvidas com a produção dos cultivos flexíveis.

E nessa conjuntura que a territorialização dos assentamentos no Pontal do Paranapanema enquanto territórios de geração de trabalho e formas de reprodução ampliada da vida vêm demonstrando a importância da luta pela Reforma Agrária, da destinação de terras para quem trabalha e a construção de vínculos no mesmo campo da luta social e de classe.

**Territorialização dos Assentamentos no Pontal do Paranapanema-SP**

A luta pela terra e pela reforma agrária, tão sonhada pelos trabalhadores sem terras e pela classe trabalhadora em geral, se materializa no Pontal do Paranapanema através dos 116 assentamentos que se territorializam em 15 municípios, grande parte dos quais oriundos da desapropriação de latifúndios/terras griladas, com correspondência territorial de 150.000 hectares, aproximadamente 6.000 famílias, e 38.000 pessoas[[2]](#footnote-2). Esses assentamentos são a territorialização dos camponeses e a desterritorialização dos latifundiários. Para Fabrini (2011, p. 103) [...] o assentamento é uma conquista praticamente arrancada das mãos e domínio dos latifundiários, ou seja, trata-se da territorialização dos sem-terra e desterritorialização dos proprietários latifundiários”.

. Os latifundiários, na atual conjuntura, no Pontal do Paranapanema se aliam com os empresários e grandes grupos através dos acordos e arrendamentos de terra para a atividade canavieira. Nesse contexto, os assentamentos são expressões da luta da classe trabalhadora pelo território no Pontal do Paranapanema. Pois, de um lado temos os trabalhadores camponeses lutando pela terra de trabalho (MARTINS, 1991), enquanto território de sobrevivência e de outro, os grileiros/latifundiários/empresários e o capital do agrohidronegócio canavieiro degradando terra e água para obtenção de lucro e acima de tudo, produzindo território de geração de mercadoria.

Em complemento a essa degradação, oferecem empregos com contratos temporários/intermitentes/precários e que geram trabalho degradante, alienado e que descarta trabalhadores. Essa geração de emprego, atualmente atrai jovens camponeses dos assentamentos, devido a demanda de mão de obra flexível. Essa oferta é direcionada aos jovens com o discurso da busca de pessoas capacitadas, no entanto com a intenção da superexploração, tendo em vista que os jovens são mão de obra potencial. (PIÑEROS LIZARAZO,2018).

Nessa conjuntura, estamos enxergando a produção de territórios diametralmente opostos no Pontal do Paranapanema. Sendo os assentamentos territórios de trabalho, resistência e de continuidade da vida. E os territórios do agrohidronegócio canavieiro, de produção de mercadorias meramente para a obtenção de lucro, ou seja, territórios do capital. Para Fernandes (2008),

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. (p.6)

Os territórios do capital e dos camponeses também se opõem na produção da paisagem. O território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema expressa a imensidão de terras ocupadas com cana-de-açúcar, sem a preservação das casas das antigas fazendas, com resquícios de floresta nativa (poucas árvores dispersas), pistas de pouso de aviões pulverizadores de agrotóxicos, canhões fixos nas roças para irrigação e plantas agroprocessadoras de cana de açúcar, imponentes em meio ao “mar de cana”. Os territórios camponeses, no caso, os assentamentos do Pontal do Paranapanema, expressam paisagens com culturas heterogêneas de alimentos, pequenos lotes de terras, pequenas casas, cercados para a criação de animais e áreas de proteção das florestas.

A paisagem no Pontal do Paranapanema, expressa os assentamentos e as cidades envoltos pelo mar de cana de açúcar. Em muitos casos, o limite entre a cana e o lote nos assentamentos é a cerca e nas cidades o muro. Um dos agravantes é que a pulverização de agrotóxicos, sobretudo aérea, sob efeito da deriva[[3]](#footnote-3), não considera a cerca e nem o muro. A contaminação é garantida aos corpos de água em geral, se espalhando livremente sobre as roças, pomares, fontes hídricas e pastos nos assentamentos. Nas cidades, a chuva que vem do horizonte é de veneno[[4]](#footnote-4).

A expressividade da disputa territorial no Pontal do Paranapanema, entre o agrohidronegócio e o campesinato é material e imaterial. Para Fernandes (2008, p. 282) Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. O território material é resultado das disputas do território imaterial. [...] A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia. (FERNANDES, 2008, p. 282). A intencionalidade do território do capital é produzir mercadoria, valor de troca, para obtenção de lucro. E a intencionalidade do território do campesinato é produzir para atender as reais necessidades, valores de uso.

No Pontal do Paranapanema o agrohidronegócio canavieiro disputa o território imaterial com o campesinato disseminando a ideologia da geração de emprego, avanço tecnológico, produtividade e desenvolvimento regional. Também estabelece parcerias com os órgãos administrativos dos municípios, estes que geram dependência dos *royalties*, e com escolas de ensino técnico e superior da região. Nessas escolas, os cursos oferecidos são voltados para atividade sucroalcooleira a fim de capturar a subjetividade, impondo a competitividade, sobretudo entre os jovens, para trabalhar no âmbito do agrohidronegócio.

Assim, o discurso que é disseminado para a sociedade em geral é que nos assentamentos, territórios do campesinato, não há emprego, sobretudo para os jovens, são espaços arcaicos e que não trazem desenvolvimento para a região. No entanto, o agrohidronegócio não dissemina que a oferta de emprego é precária, que aliena, descarta e adoece, que há forte investimento e securitização de dividas por parte do Estado para territorialização da cana-de-açúcar e que os *royalties* arrecadados pelos municípios viram gastos para minimizar a degradação da saúde ambiental e da população em geral causada pelas atividades no âmbito do agrohidronegócio canavieiro. (THOMAZ, 2009; BARRETO, 2012, PIÑEROS LIZARAZO, 2018).

Já o campesinato, disputa o território imaterial com o agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema reivindicando políticas públicas voltadas para a produção, beneficiamento e aquisição de alimentos produzidos nos assentamentos. Também, juntamente com os movimento sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscam parcerias em institutos para a criação de cursos técnicos voltados para a produção agroecológica, associativismo e cooperativismo com o intuito de envolver os jovens assentados e cursos de especialização voltados para a formação crítica de professores que atuam em escolas de assentamentos no propósito de construir um ambiente que possibilite a formação de sujeitos sociais capazes de refletir e atuar criticamente na sociedade.

O campesinato, também disputa território imaterial com o agrohidronegócio quando nos assentamentos produz alimentos referenciados na agroecologia disseminada pelo MST, e vendem para as prefeituras e para o governo federal no intuito de oferecer alimentos saudáveis para as escolas e distribuir para os trabalhadores em situação de insegurança alimentar. O que qualifica o debate da luta pela terra, da produção de alimentos e vincula politicamente os trabalhadores que produzem dos que consomem. Em tese, trabalhadores empregados precariamente no âmbito do agrohidronegócio canavieiro podem demover suas lutas e somarem nas trincheiras da luta pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema.

Nesse contexto, entre a disputa do território imaterial e material com o agrohidronegócio os assentamentos, enquanto territórios que se diferenciam dos territórios do capital, expressam diferentes territorialidades. Nas dinâmicas e conflitos dos diversos eis as territorialidades nas quais são produto das disputas territoriais. (RAFFESTIN, 1996).

Essas diferentes territorialidades que dão vida ao território do campesinato. São relações cotidianas de dimensão econômica, cultural e política que se manifestam nos assentamentos enquanto produto das relações internas e externas. Assim, comparece nessas relações a multiterritorialidade, produto da diversidade e interação conflitiva ou pacifica entre os territórios construídos no espaço geográfico. (FERNANDES, 2008, 2009).

Assim, reconhecemos que em meio às disputas em todas as instâncias, os assentamentos rurais, enquanto conquista da classe trabalhadora em geral, têm mudado a qualidade de vida das famílias assentadas e colocado em pauta a importância da luta pela e na terra e a produção de alimentos no Pontal do Paranapanema.

Contudo, ainda contam com poucos recursos públicos, ausência de políticas públicas perenes, dificuldades de apoio técnico no planejamento das atividades agropastoris, no manejo da colheita, logística, escoamento e distribuição da produção. Tudo isto dificulta sua reprodução social e territorial, mas expressa a resistência dos assentados e o seu papel social nas relações que envolvem a classe trabalhadora no âmbito da produção de alimentos.

A produção de alimentos nos assentamentos é a bandeira de luta e de resistência. A terra é destinada para a produção de alimentos, ou seja, primeiramente há uma questão de sobrevivência. Para Fernandes (2008, p. 285) [...] o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida”. A prioridade na produção de alimentos se torna condição de sobrevivência e demonstra resistência. Pois, o principal desafio num modelo de sociedade que se estrutura sob condições adversas para a produção de alimentos de qualidade é produzir para atender as reais necessidades. E quando essa produção sai do assentamento, demonstra que está para além da subsistência e que os camponeses, trazem uma perspectiva de desenvolvimento em que a reforma agrária se torna primordial e uma questão nacional.

É nesse contexto que essa produção e comercialização é inviabilizada devido o direcionamento político e econômico que o Estado proporciona ao modelo agroindustrial vigente no Brasil. O capital sob a égide do Estado impõe aos camponeses o “agronegócio familiar” com políticas públicas de desenvolvimento territorial, que prezam o empreendedorismo e a organização produtiva com vistas para a competitividade mercadológica no âmbito local. (FABRINI, 2011). Essa lógica [...] “estabelece uma concorrência generalizada, regula a relação do individuo consigo mesmo e com os outros segundo a lógica da superação e do desempenho infinito. Essa norma da concorrência não nasce espontaneamente” [...] “é efeito de uma politica deliberada”. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 12).

Esse enfoque de desenvolvimento territorial impõe as famílias assentadas os esquemas protagonizados pelos atravessadores e os ditames do mercado. Isso desvaloriza seus produtos, subordinando-os a sistemas (integrados) de controle vinculados a circuitos comerciais e de agroprocessamento, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem seu sistema de crédito subordinado ao pacote tecnológico imposto por grandes corporações.

Essa situação, no Pontal do Paranapanema, obriga parte dos assentados, sobretudo homens e jovens, a se empregarem no agrohidronegócio canavieiro, mesmo que esse trabalho seja precário. Assim, o trabalho na cana-de-açúcar se tornou alternativa e, ao mesmo tempo, subordinação forçada dos trabalhadores, tendo em vista que as oportunidades para os mesmos, para além do setor agroindustrial, que seria nas terras de trabalho, ou de resistência, oriundas da luta pela terra, para produção de alimentos, ou seja, nos assentamentos, têm se restringido. (LEAL, 2017).

No entanto, mesmo não isentos da sujeição ao sistema de controle do capital, seja por meio dos vínculos à integração, seja como assalariados temporários e incluídos precariamente no mercado de trabalho, os assentados no âmbito da plasticidade[[5]](#footnote-5) do trabalho, ou seja, trabalhando fora e dentro dos lotes, ora camponês ora trabalhador assalariado nas empresas canavieiras, continuam, juntamente com os movimentos sociais e a classe trabalhadora em geral, apostando nos assentamentos enquanto território de trabalho e de reprodução ampliada da vida. O que se expressa nos assentamentos através das estratégias de resistência e formas de trabalho ontológico que realizam cotidianamente.

**Trabalho e estratégias de resistência nos assentamentos do Pontal do Paranapanema-SP**

O trabalho é a condição social do homem e não há discussão do trabalho sem a discussão do sujeito que trabalha. (MARX, 1982; THOMAZ; 2009). Nos assentamentos, os sujeitos que trabalham são os assentados. O trabalho nos assentamentos perpassa pelo trabalho abstrato e pelo trabalho concreto sendo o último enquanto resistência e o primeiro enquanto subordinação. O que se busca nos territórios do campesinato é a realização do trabalho concreto e que seja voltado para atender aquilo que satisfaz o sujeito e também a comunidade, ou seja, a necessidade de [...] engajar-se num agir comum de dimensões morais, culturais e, muitas vezes, estéticas”. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 514).

Por meio das pesquisas, dos trabalhos de campo, dos resultados divulgados por outros pesquisadores[[6]](#footnote-6), constata-se que, mesmo com a expansão do agrohidronegócio e a inconsistência de políticas públicas, os assentados vêm se envolvendo e participando de ações político-organizativas que reforçam as lutas e formas de resistência na terra atreladas ao trabalho que realiza o sujeito e permite a reprodução ampliada da vida. Nesse sentido para Reis (2015):

Entender o ser humano enquanto ser social, definido pelas relações de trabalho em que está inserido, nos permite ainda, pensar as formas de emancipação pelo trabalho, numa perspectiva de superação da exploração do homem pelo homem, ou ainda, na consolidação de alternativas diversas à ordem vigente. (p. 22, 23)

Em decorrência da permanência na terra os assentados se fortalecem para reivindicar alternativas para a comercialização e escoamento da produção, como também reforçam a importância da reforma agrária, da soberania alimentar e da emancipação do sujeito que trabalha.

Estamos compreendendo formas políticos-organizativas enquanto associações, cooperativas e grupos de produção, que para além da formalidade ou institucionalização como requisito para participarem de políticas públicas, atrelam relações sociais que são alicerçadas por proximidade política, relações pessoais, companheirismo, e até vínculos familiares. Ou seja, as formas políticos-organizativas constituem-se com base nas relações subjacentes que estão contidas nos grupos de produção comunitária, relações do cotidiano, nos costumes em comum e experiências de classe, que vão além das formas institucionalizadas. (THOMPSON, 2002; TIRIBA, 2015). Essas associações, cooperativas e grupos de produção coletiva, como constatado em (LEAL, 2017), ultrapassam a escala do assentamento, atrelando famílias de diferentes assentamentos e municípios.

Essas formas de organização se encontram “[...] nas práticas econômico-sociais, cujo objetivo imediato é a obtenção de ganhos monetários, nas ações de solidariedade entre familiares, amigos e vizinhos e também nas ações coletivas organizadas no âmbito do assentamento, objetivando a reprodução da unidade doméstica e melhoria da qualidade de vida [...]” (TIRIBA, 2015, p. 134), o que contribui, expressivamente, nas estratégias de sobrevivência na terra e qualifica o trabalho coletivo. Quando da institucionalização dessas organizações (associações e cooperativas), identificamos suas estratégias para participarem e reivindicarem políticas públicas.

Temos que evidenciar que no Pontal do Paranapanema houve um aumento no número de associações a partir de 2003, quando se inicia a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no entanto, muitas dessas já existiam enquanto formas político-organizativas, só não eram institucionalizadas perante a legislação brasileira, como exige o Programa e outras políticas públicas. (LEAL, 2017)

Assim a institucionalização também é uma das estratégias para continuidade da reprodução social em diversos seguimentos nos assentamentos e revela e incentiva formas de trabalho de coletivo. Para os camponeses as associações e ou cooperativas contribuem para a integração de informações, união de recursos para compra de maquinários e insumos e, é importante para a participação em políticas de crédito, de habitação rural e principalmente de aquisição de alimentos, ou seja, para a disputa territorial também no mercado institucional.

No Pontal, mesmo com o requerimento de novos direcionamentos da produção (para mercados institucionais), que exigem atividades técnicas e burocráticas (como elaboração de projetos, utilização de computadores e *softwares*, contabilidade, prestações de conta) e também disporem de logística para cumprirem propostas de produção de alimentos específicos, os camponeses demonstram relevante capacidade de organização. Essas atividades, também dão oportunidades para os jovens que se envolvem, no intuito de obterem trabalho digno e ao mesmo tempo darem continuidade na luta de seus pais. (PIÑEROS LIZARAZO, 2018).

Em decorrência, juntamente às associações e cooperativas, os camponeses são desafiados a enquadrarem-se nas exigências de produzir alimentos padronizados, com o intuito de se manterem na terra participando de programas e políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Esse envolvimento em Políticas Públicas de aquisição de alimentos também tem permitido a visibilidade do trabalho da mulher camponesa. Historicamente essas se responsabilizam com a reprodução familiar e a produção dos quintais. Essa produção ao ser vendida ao Mercado Institucional toma outro sentido e o trabalho despendido pela mulher para cuidar das hortas e dos pomares é visibilizado. Essa questão não as libertam das opressões do machismo, mas modifica as relações de dominação-opressão de gênero nos assentamentos, dando continuidade do protagonismo da mulher na família camponesa e na organização do trabalho familiar (reprodutivo) e produtivo. No trabalho para o capital a mulher vende sua força de trabalho para a reprodução de mercadorias o que não a realiza e no trabalho nos assentamentos, a proposta é que a mulher se emancipe e trabalhe para a continuidade da família na terra.

Outras estratégias de resistência e organização do trabalho coletivo é a participação em formas de comercialização solidária. Um desses projetos é o “Cestas Agroecológicas Raízes do Pontal”. O Projeto é uma proposta de comercialização de cestas agroecológicas com alimentos produzidos por 15 famílias do Assentamento Gleba XV de Novembro, localizado no município de Rosana-SP, organizados na Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA).

As cestas são comercializadas em parceria com o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), sendo o público consumidor composto pela comunidade acadêmica da FCT/UNESP (docentes, estudantes e servidores) e pela comunidade local (moradores da cidade de Presidente Prudente). Além da comercialização, o projeto contempla uma intervenção social, haja vista que 20% das cestas são as chamadas Cestas Solidárias (10% vendidas por metade do preço, praticado e outras 10% doadas), que buscam contemplar a população de baixa renda da comunidade acadêmica e do entorno da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-SP.

Essa forma de comercialização dos alimentos produzidos nos assentamentos abre outro canal de diálogo com a população e permite que os assentados vislumbrem a não dependência do mercado institucional, criando também, outras formas de obtenção de renda e potencializando novas formas de sociabilidade e expressando novas territorialidades camponesas nas cidades.

Assim, na fase atual se vivencia um protagonismo da resistência na terra e das lutas pela comercialização da produção dos assentamentos. Consideramos que este momento faz parte da luta a partir da organização da produção e do trabalho coletivo que têm encontrado renda familiar potencializada em grupos de produção coletiva informais, associações ou em cooperativas, ou seja, expressões das lutas e resistências para se manterem na terra.

 Dentre as estratégias, há a produção sintonizada na Agroecologia, a qual valoriza o trabalho familiar, pensando o equilíbrio entre o desenvolvimento social, econômico e ambiental, considerando práticas de produção sem a utilização de produtos sintéticos, como agrotóxicos, adubos químicos e sementes reengenheiradas, utilizando insumos do próprio ambiente e valorizando as sementes crioulas e a biodiversidade. (RABELLO, 2017). “Essa repolitização do alimento está em curso em muitas comunidades locais, mundo a fora, com agricultores e cidadãos experimentando sistemas alimentares alternativos” [...]. (MC. MICHAEL, p. 87, 2016).

 Esse processo no Pontal vem se fortalecendo com grupos de assentados que se articulam, junto à Rede Pontal Agroecológico (parceria entre MST, ITESP, INCRA, IPE, EMBRAPA, CATI e UNESP), a qual tem sido importante para a articulação da agroecologia enquanto uma política, disseminada pelos movimentos sociais do campo, e também de difusão de práticas alternativas ao modo de produção capitalista a partir das práticas de produção cotidianas dos sujeitos.

No âmbito das práticas cotidianas de trabalho na terra, a agroecologia potencializa o trabalho ontológico, ou seja, aquele em que o sujeito, a partir das práticas de produção, com o aproveitamento dos recursos naturais, respeito à dinâmica da natureza e à biodiversidade, diversificação das culturas e livre dos agrotóxicos, realiza trabalho para suprir suas próprias necessidades, de acordo com as condições objetivas, contrapondo-se às formas de trabalho alienado. (MARX, 1986; MC MICHAEL, 2016; RABELLO, 2017).

Assim o tempo de trabalho necessário não é para a obtenção de lucro, mas sim para obtenção de valor de uso, aquilo que realiza o sujeito, ou seja, atende as reais necessidades de reprodução. Outra questão é que no trabalho sintonizado na agroecologia o camponês e sua família participam de todo o processo de trabalho enquanto que no trabalho para atender o capital, o processo é fragmentado e o sujeito não se reconhece naquilo que faz. O trabalho quando foge aos imperativos e normas do capital, se revela criador e instituinte de formas de ajuda mutua e cumplicidade e, ainda, produz suas próprias condições de execução. (DARDOT; LAVAL, 2017). É nesse sentido que o trabalho sintonizado na agroecologia também potencializa o trabalho coletivo.

Entendemos que no processo de comercialização dessa produção por muitas vezes há a inserção na circulação de mercadorias do capital, no entanto, é na negação dessa inserção que a agroecologia também é um processo da proposta de Soberania Alimentar. Proposta, disseminada pela Via Campesina desde 1996, de construção coletiva que garante o direito dos povos em controlar e produzir alimentos respeitando as demandas locais e diversidades culturais e que se complementa com a criação de estratégias de produção ecológica e a garantia de distribuição e consumo à toda população. (MC MICHAEL, 2016).

Nesse contexto, que os assentados juntamente com os movimentos sociais, especialmente o MST, se colocam na linha de frente na busca por recursos junto às linhas de fomento para atender as demandas de infraestrutura e logística, como, por exemplo, entrepostos equipados com despolpadeiras de frutas, embaladoras a vácuo e refrigeradores, caminhões e camionetes com a finalidade de transportar os alimentos com a mesma qualidade que saem dos lotes e facilitar o escoamento da produção.

No Pontal do Paranapanema temos como exemplo assentados do Assentamento Rodeio, localizado no Município de Presidente Bernardes, que pela Associação de Produtores Assentados da Rodeio (APAR) em 2017 aprovaram um projeto no Programa Microbacias II – Acesso ao Mercado[[7]](#footnote-7), no valor de R$ 1.000 000,00. Com esses recursos, construíram um *Paking House* para a recepção, processamento mínimo, empacotamento e armazenamento de frutas, legumes e tubérculos antes da distribuição ao mercado local e institucional. O Projeto também contemplou a compra de um caminhão baú, refrigerado, para o transporte dos produtos até os pontos de entrega e vendas.

 Essa busca por infraestrutura de entrepostos vem no sentido de agregar valor aos alimentos por parte de quem os produz e quem consome e, ao mesmo tempo, priorizar as demandas do Mercado Institucional e pequenos mercados locais para se libertarem em partes dos atravessadores e do processo de circulação de mercadorias do capital.

Assim, os assentados no Pontal do Paranapanema vêm cumprindo papel importante, ou seja, demonstrando que nos assentamentos é possível a realização de trabalho, enquanto emancipação do ser que trabalha, gerando renda, produzindo diversidade de alimentos, dinamizando os mercados locais e evidenciando a Soberania Alimentar e sua importância na disputa com o agrohidronegócio, bem como demonstrando a necessidade da reforma agrária e da soberania alimentar.

**Considerações finais**

Diante do modelo destrutivo de desenvolvimento proposto pelo agrohidronegócio no Pontal do Paranapanema, em que a terra e o trabalho são meramente mercadorias, estamos compreendendo que os assentamentos enquanto territórios de resistência continuam sendo alvo de luta da classe trabalhadora em geral, enquanto terra de trabalho, tanto para os trabalhadores do campo como da cidade. Ou seja, permitindo que camponeses desterritorializados, sem-terras, trabalhadores empregados precariamente no setor canavieiro e ou descartados do mercado de trabalho, trabalhadores autônomos, trabalhadores em situação de insegurança alimentar e nutricional tenham garantia de trabalho para atender as suas reais necessidades e, qualidade de vida. E nesse contexto, em teoria, despertando mais e mais trabalhadores para a Luta pela Reforma Agrária, por Trabalho e qualidade de vida.

**Referências**

BARRETO, M, J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do**

**Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2012. 244p. Dissertação

(Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista,

Presidente Prudente

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996

DARTOT, Pierre. LAVAL, Christian. **Comum**: ensaios sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017

DATALUTA - **Banco de Dados da Luta pela Terra**. NERA, Presidente Prudente, 2016

FABRINI. J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, São Paulo. V. 7, n. 7, jan./jul.2011. P. 97-112.

FELICIANO, C. A. **Território em Disputa:** terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009. p. 575, Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In **Campesinato e Território em disputas**. Paulino, Eliane Tomiasi & Fabrini, João Edmilson (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In Saquet, Marcos Aurélio. Sposito, Eliseu Savério (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos**. 2017. 107p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente.

MARQUES. F. Impacto no mercado. **Revista Fapesp**. n 266, 2018. p. 32-36.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1986. (capítulo VI inédito)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política** (Grundrisse). Madrid:Siglo XXI, 1987.

McMichael P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. 256 p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PIÑEROS LIZARAZO, R. **Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis. Palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil**). 2018. 391p. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RABELLO, D. **Camponeses assentados e as práticas agroecológicas do contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)**” Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente (SP), 2018, 115p

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1996

REIS. A. T. **Trabalho, Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do estado de São Paulo**: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2015. 167p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciencias e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

RIBAS, A.D. **Gestão Político-Territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP)**: uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JR. A. A classe trabalhadora no Brasil e os Limites da Teoria – Qual o lugar do campesinato e do Proletariado? In: Fernandes, B. M. (org.). Campesinato e agronegócio na América Latina: **a questão agrária atual**. São Paulo: Expessão Popular, 2008

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMPSON, E. P. XV - “O Termo Ausente: Experiência”. In: **A Miséria da Teoria** – ou um planetário de erros. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 180-201

\_\_\_\_\_\_A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, pp.150- 202, 2002

\_\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, vol. I p. 10

TIRIBA. L. De olho nos sujeitos trabalhadores-trabalhadores e suas experiências de classe: contribuições ao campo trabalho e educação. **Trabalho Necessário**, Niterói, V. 13. Nº 20, 2015, pp. 119-146.

1. Esse artigo traz para a reflexão resultados preliminares do projeto de doutorado “Organização, Resistência e Pertencimento de Classe nos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema-SP”. (FAPESP Nº 2018/16840-1). [↑](#footnote-ref-1)
2. DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra. 2018 [↑](#footnote-ref-2)
3. Toda aplicação de agrotóxico que não atinge o local da lavoura, ou seja, quando o veneno é desviado para fora da área de cultivo atingindo áreas que não deveriam. [↑](#footnote-ref-3)
4. O Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) vem se dedicando a investigações, a fim de responder às questões centrais dos desdobramentos do avanço da agroindústria canavieira para o trabalho, ambiente e saúde, no Pontal do Paranapanema-SP. [↑](#footnote-ref-4)
5. Ver mais sobre em (THOMAZ, 2009) [↑](#footnote-ref-5)
6. Cf. RIBAS, 2002; LE MOAL, 2013; REIS, 2015; LEAL, 2017, RABELLO, 2018). [↑](#footnote-ref-6)
7. Microbacias II – Acesso ao Mercado criado em 2012 tem como objetivo viabilizar esse intento aos assentados e produtores de comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, organizados em associações e cooperativas em todo o Estado de São Paulo. [↑](#footnote-ref-7)